

V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO
09 a 11/12/2019, FFLCH, SÃO PAULO-SP

GRUPO DE TRABALHO 10
GÊNERO, SEXUALIDADE E PRISÃO

ESCRITA E HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE
APRISIONAMENTO

Fernanda Silva de Assis Ribeiro – Escola de Governo - Fundação João Pinheiro

Leticia Godinho de Souza – Escola de Governo - Fundação João Pinheiro

RESUMO

O aumento da população carcerária feminina no Brasil, foi acompanhado pelo aparecimento de estudos sobre o tema. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva apresentar histórias de vida de dez mulheres encarceradas, contadas por elas em entrevistas, por nós transcritas, que tiveram como foco compreender quem são as pessoas por detrás dos números. A análise das experiências das mulheres, escritas pelas próprias mulheres, é de vital importância para se entender sua relação com uma verdadeira história geral, em que suas experiências, atividades e espaços são merecedores da análise histórica e sociológica. A investigação considerou também, de maneira central, o conceito de interseccionalidade, que busca reunir e analisar a relação entre distintos marcadores de opressão: o da raça, do gênero, da sexualidade e da classe social, entre outros. Ao contar suas histórias, as trajetórias de vida dessas mulheres revelaram diferentes dimensões de vulnerabilidade que as marcam. Além das questões inerentes ao fato de serem mulheres, são fatores dimensões importantes o fato de serem (majoritariamente) negras, jovens, com baixo grau de escolaridade e status socioeconômico. Muitas delas tiveram suas vidas marcadas por famílias com históricos de uso ou comércio de drogas, violência e relação com o sistema de justiça criminal e prisional. No sistema prisional comum, as entrevistas se deram em unidades prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sendo dois presídios femininos e na única unidade do Estado que recebe mulheres grávidas e com filhos pequenos – crianças que ainda amamentam. Foram também realizadas na APAC da cidade de São João Del Rei. A esse respeito, os diferentes contextos revelaram também as diferentes formas como são tratadas as mulheres encarceradas, enfatizando a importância de se compreender a dimensão institucional da experiência prisional feminina.

PALAVRAS-CHAVE: encarceramento feminino, histórias de vida, gênero, interseccionalidade

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados do INFOPEN Mulheres, divulgado em 2018 e elaborado a partir de dados coletados nos meses de dezembro de 2015 e junho de 2016, o Brasil possui um 42.355 mulheres presas¹. No período de 2000 a 2016, o crescimento das taxas de mulheres aprisionadas foi da ordem de 656%, mais do que o dobro do crescimento apresentado para a população masculina, de 293% (BRASIL/INFOPEN, 2018). Essa situação faz com que o Brasil figure em 5º lugar no mundo em termos de taxas de mulheres aprisionadas.

Tendo em vista contribuir com os estudos acerca dessa temática urgente, o presente trabalho apresenta as histórias de vida de dez mulheres encarceradas, contadas por elas próprias. Por meio de entrevistas, por nós transcritas, as narrativas têm como foco compreender quem são as pessoas por detrás dos números. O trabalho adota a perspectiva da escrita de uma “história das mulheres” ou *HERstory* (hooks, 1994; Bock, 1989; Perrot, 2007). Se, tradicionalmente, a história é produto da ação dos homens, de sua escrita e sua experiência, equiparada à história geral ou “universal”; a perspectiva de uma história de mulheres busca romper com um silêncio e adentrar o espaço público; busca transgredir a invisibilidade e o silêncio das mulheres como parte da ordem social.

Assim, parte-se da compreensão de que a análise das experiências das mulheres, escritas pelas próprias mulheres, é de vital importância para se entender sua relação com uma verdadeira história geral, em que suas experiências, atividades e espaços são merecedores da análise histórica e sociológica. A investigação considerou também, de maneira central, o conceito de interseccionalidade, que busca reunir e analisar a relação entre distintos marcadores de opressão: o da raça, do gênero, da sexualidade e da classe social, entre outros.

Com efeito, ao se analisarem os dados oficiais acerca desses fatores, o perfil social destas mulheres se revela: 62% das mulheres em situação de prisão, no Brasil, são negras e 45% não concluíram o ensino fundamental (BRASIL/INFOPEN, 2018). Ou seja, sugerem um perfil de vulnerabilidade, mas também a seletividade do sistema de justiça criminal com relação a esse grupo, alvo prioritário de uma política justificada a partir da

¹ É preciso destacar, segundo o informativo, que: “...a ausência de dados com recorte de gênero para carceragens de delegacias e outros espaços limita a análise do fenômeno do encarceramento feminino no Brasil e tem impacto direto sobre a posição ocupada pelo País no ranking mundial do encarceramento feminino” (BRASIL/INFOPEN, 2018).

ideia de “guerra às drogas”. A natureza dos crimes cometidos é um dado que reforça esse argumento: 62% das mulheres estão presas por tráfico de drogas (BRASIL/INFOPEN, 2018). A esse respeito, Sena (2015, p. 108) argumenta que os dados indicam menos um avanço generalizado das mulheres na seara criminal do que o fato de alguns estratos sociais serem mais passíveis de punição jurídica.

A presente pesquisa foi realizada em dois diferentes regimes prisionais do Estado de Minas Gerais, que possui 3.279 mulheres presas, segundo dados coletados em junho de 2016, ocupando o 2º lugar dentre os estados brasileiros (BRASIL/INFOPEN, 2018). No sistema prisional comum, as entrevistas ocorreram em duas unidades prisionais femininas da Região Metropolitana de Belo Horizonte e a única unidade do Estado que recebe mulheres grávidas ou com filhos pequenos, que ainda amamentam. Foram também realizadas em uma unidade da APAC do interior do estado. Os diferentes contextos revelaram diferentes formas de tratamento do público, enfatizando a importância de se compreender a dimensão institucional da experiência prisional feminina.

Considerando o objetivo do estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que ocorreram de forma voluntária e tendo sido preservada a identidade das entrevistadas. Com relação às entidades envolvidas, todas foram comunicadas e as autorizações para a realização da pesquisa foram solicitadas e concedidas.

2. O QUE DIZ A LITERATURA

A literatura que aborda as mulheres em situação de prisão se desenvolve a partir de diferentes enfoques e objetivos. Sem ter a pretensão de oferecer um balanço exaustivo, destacamos aqui alguns estudos representativos dessas distintas visões.

Um primeiro conjunto de estudos enfatiza os **motivos que levam as mulheres a desenvolverem “carreiras criminais”**. Segundo essa literatura, o primeiro e mais relevante está relacionado à questão financeira: muitas mulheres são levadas a atuar nos mercados ilegais, sobretudo os relacionados ao tráfico de drogas, para sustentar seus filhos; destacam a dificuldade das mulheres com perfil vulnerável de entrarem no mercado formal de trabalho, principalmente em vista os poucos anos de estudo formal. A esse respeito, Cortina discorre sobre a relação entre feminização da pobreza e a questão penal:

(...) os dados coletados na pesquisa feita com mulheres em situação de prisão (...) apontam que os motivos mais relatados pelas mulheres para escolherem o envolvimento com o crime são as dificuldades em sustentar os/as filhos/as e a falta de inserção no mercado de trabalho lícito e formal. Essas motivações reafirmam a hipótese de que (...) o objetivo é a obtenção de dinheiro, entendido aqui como fonte de renda. Nesse aspecto, o ingresso das mulheres no tráfico de drogas é apontado como um efeito da feminização da pobreza, ou seja, da consideração estatística e social de que a pobreza tem atingido de forma significativa as mulheres e orientado suas escolhas de vida. (CORTINA, 2015, p. 767).

Estudos destacam o **relacionamento com homens ligados à criminalidade**, o que também leva a uma relevante constatação: o papel da mulher dentro do mundo das dinâmicas criminais é, via de regra, subalterno ao dos homens, reforçando a característica patriarcal da sociedade brasileira:

Como ilustrado no discurso das participantes, ser pobre, negra e favelada restringe as possibilidades de mulheres dentro e fora da rede do tráfico de drogas. Apesar do caráter transgressivo da atividade na qual as participantes estiveram envolvidas, suas experiências passadas como criminosas foram marcadas por uma constante submissão aos homens na atividade. (BARCINSKI, 2009. p. 1852).

Bianchini e Barroso reforçam o entendimento quanto à desigualdade entre homens e mulheres nas dinâmicas criminais e **seu reflexo nos processos de aprisionamento**:

Em geral, as mulheres atuam como coadjuvante, enquanto os protagonistas continuam sendo os homens. Dificilmente alguma delas é chefe do tráfico, mantendo sua histórica posição subalterna... Tais mulheres, exatamente por estarem diretamente ligadas ao objeto final do crime, ou seja, na frente mais arriscada do negócio, são as primeiras a serem presas, enquanto muitos homens passam infensos à prisão e impunes (BIANCHINI, BARROSO, 2013. p. 2).

Outro fator associado ao aprisionamento de mulheres, segundo a literatura, é o **uso de álcool e drogas**. O estudo de Lopes e Argimon, por exemplo, concluiu que dentre os fatores relacionados ao aprisionamento feminino, a prevalência do uso, abuso e dependência de drogas se insere ao lado de características sociodemográficas, jurídicas, do crime e contato com o sistema prisional:

Em resumo, a descrição de algumas características sociodemográficas permitiu identificar que as participantes estão inseridas em um contexto socio familiar cujo envolvimento com a droga e o contato com o sistema prisional podem ser vistos como fatores de vulnerabilidade social e criminal. Estima-se que a maioria das mulheres presas apresente uma relação direta com as drogas, seja no uso, seja na venda. Associado com a baixa escolaridade e qualificação profissional de menor *status* socioeconômico, pode contribuir para um possível aumento de delitos praticados (LOPES, ARGIMON, 2010, p. 130).

O encarceramento feminino também está vinculado à **dimensão racial**, segundo destaca uma parte importante dos estudos. Alexander (2017) defende em obra de referência a centralidade que o conflito racial possui para explicar o fenômeno do encarceramento em massa nos Estados Unidos:

Afroamericanos têm sido os alvos principais desse novo sistema, o inimigo presumido. Hoje, em muitas grandes cidades estadunidenses, mais da metade dos afroamericanos em idade para trabalhar têm antecedentes criminais e, portanto, estão sujeitos a discriminação legalizada pelo resto de suas vidas, efetivamente presos em uma casta inferior (ALEXANDER, 2017. p. 20-21).

Para a autora, um novo regime racial emergiu nos EUA, tendo no encarceramento em massa a política substitutiva da escravidão ou das leis raciais da década de 1960 (ALEXANDER, 2017. p. 21). No Brasil, pode-se argumentar que as políticas penais se assemelham às estadunidenses, em seu efeito, segundo argumenta Flauzina:

Ao se falar em escravidão, na segregação racial e na prisão, pensa-se fundamentalmente no corpo negro. É a corporeidade negra, portanto, o dado constante na retórica do terror, transmutando-se apenas as estruturas formais de controle. Sem alterações substantivas, a antinegitude vige como a métrica basilar as dinâmicas políticas e sociais do país. (...) O estudo nos convida a olhar para a edificação de um programa de criminalização dos negros. (...) a precariedade das estruturas do sistema de justiça criminal brasileiro não deixa dúvidas sobre a ilegalidade de suas práticas. As denúncias diuturnas de prisões flagrantemente arbitrarias, de torturas sistemáticas dentro e fora do cárcere, da corrupção e da extorsão como dados da atividade policial, de grupos de extermínio atuantes com a chancela do Estado, de cabeças rolando em massacres prisionais gerados pela omissão institucional, bem como de tantos outros vilipêndios que integram a rotina da segurança pública no país, compõem um quadro que só pode ser explicado pela intensa naturalização social do racismo, com o profundo desprezo à vida negra (FLAUZINA, 2017. p. 12-14).

A chamada “guerra às drogas” reforça a dimensão punitivista da política penal e, principalmente, a falta delimitação, por parte do Supremo Tribunal Federal, em estabelecer o que é consumo e o que é tráfico de drogas, joga um papel crucial na instrumentalização da seletividade do encarceramento de mulheres negras no Brasil (FLAUZINA, 2017, p. 14).

Por fim, outras autoras enfatizam o quão distinto e específico é a situação experienciada pelas mulheres em situação de prisão, em comparação com os homens. Para Carvalho e Mayorga:

Apesar da representação numericamente inferior de mulheres no sistema prisional e de uma localização historicamente marginal nos sistemas punitivos, observamos que, sobre as mulheres que ousam cometer práticas tipificadas como criminosas, recai uma dupla punição: as sanções penais previstas nas leis e nos códigos, mas, também, os imperativos das normativas de gênero, com as suas definições e prescrições do que é – ou deveria ser – a Mulher. Da pena capital à privação da liberdade, muitas mulheres foram julgadas pelos seus atos, mas condenadas por suas paixões, por seus instintos, anomalias, enfermidades, inaptações ou, até mesmo, pela hereditariedade (CARVALHO, MAYORGA, 2017. p. 102).

As mulheres são penalizadas pelo cárcere e por serem mulheres, em uma situação que supera todas as problemáticas inerentes ao sistema carcerário brasileiro. Suas necessidades são tratadas de forma *adaptada* em um sistema pensado por e para homens,

onde as diferenças de gênero determinam desigualdades de tratamento e aplicação penalógica, além da relação com a sociedade e com a família, que também acaba refletindo essa situação. É o que reforça Cerneka:

O fato de a porcentagem de mulheres no sistema prisional ser baixa (6,3% no Brasil e entre 0% e 29,7% no mundo) faz com que suas necessidades não sejam consideradas quando se pensa em políticas públicas e construções de unidades prisionais. Até o presente momento, a situação da mulher no cárcere não foi tratada de forma adequada às suas especificidades, que vão muito além da menstruação e gravidez. O que se observa é uma tentativa de adaptações e “adequações”.

3. TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO

Parte das entrevistas ocorreram em uma unidade feminina da APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, destinada à recuperação e reintegração social dos condenados a pena privativa de liberdade (FERREIRA, 2016. p 33). Em comparação com o sistema prisional, nas APACs, as presas são chamadas “recuperandas”, e, são as próprias responsáveis pela disciplina e segurança dos Centros de Reintegração Social (unidades prisionais de pequeno porte, preferencialmente próximo às famílias), tendo como suporte funcionários e voluntários. Não existem policiais ou agentes. A solicitação para realização das entrevistas na APAC foi prontamente autorizada. Segundo dados informados pela diretoria da unidade, essa possui 80 vagas, sendo que a ocupação, na data da pesquisa, era de 61 recuperandas².

No dia da realização das entrevistas, as recuperandas do regime fechado foram convidadas pela Diretora responsável para assistir à apresentação da pesquisa e receber o convite para a participação. Sete aceitaram o convite, sendo que no presente trabalho serão apresentadas e analisadas somente cinco das entrevistas concedidas. As entrevistas foram individuais e ocorreram em uma sala reservada; essas foram gravadas, integralmente transcritas e posteriormente transcritas pelas pesquisadoras.

Ao contrário das realizadas na APAC, as entrevistas no sistema prisional não foram gravadas. O registro foi feito no caderno de anotações durante as conversas. Foram

² Contudo, segundo informação obtida no Núcleo de Movimentação da Diretoria de Custódias Alternativas, da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, essa unidade da APAC possui apenas 50 vagas, sendo sua ocupação superior à sua capacidade, 63.

realizadas quatro entrevistas na unidade que abriga as gestantes e uma em unidade feminina da capital. No presídio feminino, buscou-se autorização para realizar entrevista com uma detenta já conhecida previamente. Na unidade das gestantes, todas as detentas foram previamente comunicadas e convidadas; quatro aceitaram o convite. Ali as conversas foram rápidas, em função das do cuidado com as crianças.

A decisão de transcriar as entrevistas tiveram como principal objetivo estruturar narrativas, gravadas ou anotadas, que haviam sido contadas de modo mais fluido ou desordenado, como é típico do registro oral. A transcrição buscou, contudo, manter seu conteúdo de modo fidedigno. Abaixo, destacam-se alguns trechos; os nomes atribuídos são fictícios.

3.1. Camila

Tenho 33 anos. Tenho 2 filhos, uma menina de 7 e um menino de 15 anos, que está internado pelo vício de drogas. Minha mãe também é usuária. Comecei a usar com 20 anos; meu filho me viu usar junto com o pai dele, vendendo e usando drogas. Com 14 anos, ele começou a usar. Hoje ele está em uma clínica para dependentes químicos que eu consegui com a ajuda das pessoas aqui da APAC. Só Deus sabe o que eu passo com o meu filho. Eu aqui dentro e meu filho correndo risco de vida lá fora. Pessoas batendo nele, botando revolver na cara dele. Ele estava roubando, já tive que chamar a polícia para ele. Dessa vez que eu saí de condicional, tive que entregar meu filho para a polícia, porque se eu não puxasse meu filho ele ia acabar morrendo.

Perdi a guarda da minha filha, ela mora com o pai, que também é usuário, só que sabe disfarçar melhor. Eu não consigo ficar perto de droga, não consigo falar “não”. Meu filho está correndo o risco de morte. E graças a Deus agora ele está em tratamento; e eu estou aqui para pagar o que eu devo à justiça.

Já é terceira vez que estou passando pelo sistema. Quebrei o albergado, tive a oportunidade e não aproveitei, minha compulsão em usar drogas me fez voltar. Agora vou passar 2 anos aqui. Quebrei a condicional, fiquei 5 meses na rua, me pediram o exame [toxicológico] e deu positivo.

Eu precisava de ajuda e agora estou tendo. Ajuda espiritual e ajuda das pessoas. Muitas vezes, me senti muito rejeitada pela minha família, pelas pessoas que eu amo.

Estou tentando me encontrar, saber quem sou de verdade, tirar toda mágoa e tristeza que eu tenho no meu coração. A gente tem que tentar consertar os erros da gente, por mais que eu não consiga resgatar a infância da minha filha que perdi, quero ela perto de mim, passar uma imagem boa para ela, saber que não a abandonei. Amo muito meus filhos. Tenho agora dois anos para pôr a cabeça no lugar e recomeçar a escrever uma nova história. Eu achava que eu só tinha defeito, que eu era só errada, mas eu posso tirar muitas coisas boas de mim mesma, estou aprendendo isso aqui dentro.

Me formei na 8ª série e parei de estudar, porque engravidei, aos 18 anos. Não estou trabalhando aqui dentro. Faço artesanato com as meninas, mas mais para ajudar. Mas se eu passar para o semiaberto, posso sair para trabalhar e tenho fé que as portas de trabalho vão se abrir para mim. Porque eu quero cuidar dos meus filhos com o dinheiro do meu suor, não com coisa errada.

Nunca fiquei presa em presídio, só dormi uma noite nessa última vez, e foi uma experiência muito estranha. Lá é muito diferente, a gente anda de cabeça baixa, os agentes gritam, não têm educação, não tratam a gente igual aqui. Aqui eles tratam como ser humano.

3.2. Ivone

Nasci aqui mesmo, meus pais já são falecidos, tenho 57 anos. Nunca me vi presa, estou aqui por causa de uma droga que esconderam na porta da cozinha da minha casa, a porta não tem segurança. Um rapazinho entrou e escondeu lá, foi uma vizinha minha que me falou. Ela entrou escondida atrás deles, mas não conseguiu ver onde esconderam. Durante uma semana, eu e minha irmã procuramos em todos os lugares e não achamos. A polícia achou, estava em uma sacolinha. O sargento, na hora que viu que era minha casa, tirou a boina da cabeça e pediu desculpas, mas... Eles me conhecem, nem me algemaram quando me levaram.

O rapaz, o dono das drogas, é muito perigoso. Da delegacia me trouxeram para cá. O Juiz, no dia da audiência nos colocou cara a cara, e acho que ele errou ao fazer isso. Porque eu fui para falar a verdade, falei que essa droga não era minha, não uso. Ele me perguntou seis vezes, me deu seis chances. Como eu ia fazer? Esse menino é mau. Ele entrou na sala, no dia da audiência e me intimidou dentro da sala do Juiz: “me entrega

que lá fora eu te mato”. Aí eu pensei nos meus “anjinhos”, meus sobrinhos... eu falei: “Deus sabe o que faz”.

Fui condenada a 10 anos de prisão. E ele está solto. Já tem 3 anos e 3 meses que estou aqui. Nunca usei, nunca trafiquei. Eu jamais faria isso, eu fui criada trabalhando. Eu capinava lote dos outros para comprar o cigarro que eu fumava. Quando eu e minha irmã caçula fomos trabalhar em casa de família, meu pai falou para a gente: “não quero patrão de vocês aqui reclamando nada, porque eu não vou esperar a polícia pegar filho meu, eu corto os dedos da mão de vocês primeiro”. E ele fazia isso mesmo, então a gente nunca foi de mexer em nada dos outros.

Ano que vem vou para o semiaberto e vou continuar na minha profissão, voltar para minhas faxinas. Voltar para minha casa, ela é minha e está caindo o teto. Meu pai que deixou para a gente. Meu pai teve condição de dar vida boa para a gente, só não deu estudo, estudei só até a 4ª série.

3.3. Letícia

Tenho 30 anos, tenho mais 3 filhos além desse que está aqui comigo [neném de colo]. Dois estão com a avó e minha menina está com minha irmã. Não são todos do mesmo pai, são 4 filhos e 3 pais. Meus filhos têm 12, 10 e 7 anos, e esse aqui de 4 meses.

Estou aqui de safadeza minha mesmo, não precisava estar aqui. Não me faltava nada, tenho minha casa, sou independente. Eu já trabalhava, era açougueira. Nunca passei em presídio, só aqui na APAC. A APAC é um lugar bom, você não dorme no chão, tem chuveiro quente, comida boa. Mas é humilhante. Humilhante é você depender das pessoas aí da frente, eles têm as palavras certas para te humilhar.

E o que eu quero é saber da “lei das mães”. Todas as pessoas que vem aqui eu quero conversar sobre isso. Eu não fui condenada, sou provisória. Meu advogado não faz nada, e ele não é da Defensoria, eu contratei. Não tenho mãe, não tenho pai, meus irmãos não vêm aqui, meu marido morreu tem 21 dias. Não tenho ninguém. Não sei por que as outras saem e eu não.

Eu tenho minha casa, de aluguel, porque não gosto de morar na casa da minha mãe, a casa está parada lá, não tem ninguém. Tenho meus móveis, tudo da casa. Sou

trabalhadeira. Eu vim parar aqui, acho que foi para eu pensar na minha vida. Mas eu já pensei. A APAC não precisa me recuperar não, eu sou recuperada, eu só cresci olho no dinheiro, mas de dinheiro eu quero mais, quero só o necessário, por causa de dinheiro olha onde eu vim parar, nesse lugar, com uma criança. Humilhante é estar com um filho na cadeia, isso é que é o mais triste. Se eu não emendar com isso eu peço a Deus que me tire desse mundo.

Meu marido foi preso e resolvi arrumar um dinheiro para ir para Belo Horizonte ajudar ele, e vim parar na cadeia. Não fosse por isso não estaríamos presos. Se ele não tivesse matado, eu não teria roubado e não estaria presa. Não fui presa em flagrante, mas aqui todo mundo conhece todo mundo e na hora do assalto um cara falou meu nome. Quando eu fui presa, a polícia falou que eu só ia ficar uns dois dias aqui, mas já tem cinco meses, tive meu neném aqui dentro. Eu fiz, eu tenho que pagar, só que com essa lei eu tinha que sair.

Meu marido morreu do coração dentro da cadeia. Ele estava preso lá e foi operado do coração. Acho que ele morreu porque chegou a hora dele, mas se tivessem dado um remédio, não sei. Dizem que pediu ajuda, pediu socorro e o presídio não ajudou. Pegaram ele já desmaiado. Morreu com 31 anos. Eu é que sou forte, não quero ficar mostrando na cadeia que estou sofrendo.

Aqui eu até tenho assistência, tem médico, tem tudo, mas a APAC não dá nada, eu que tenho que comprar fralda e tudo para ele. Quando meu marido foi preso eu entrei com o pedido do bolsa família para minha filha, antes eu não precisava. Comecei a receber 2 meses antes de ser presa, é esse o dinheiro que tenho para comprar as coisas para ele. Todo dia eu falo para mim: hoje vou embora... e nada. É meu anjinho que me segura. Espero que a senhora lute pela “lei das mães”, pelas mulheres que têm direitos que não são respeitados.

3.4. Fernanda

Tenho 23 anos, não tenho filhos e sou daqui mesmo. Tenho família, mas minha mãe morreu há 4 anos e meu pai está numa clínica de dependentes. Eu cometi um assalto, já faz 4 anos que estou presa. Durante 2 anos e 3 meses eu cumpri pena no presídio aqui mesmo. Fui presa a primeira vez com 18 anos, em 2015, fiz 19 anos dentro da cadeia, saí e voltei em 2016 por crimes diferentes. Já era para eu ter ido embora, mas o juiz segurou meu alvará de soltura. No próximo mês, eu vou para o semiaberto. Fui condenada a 8

anos e 8 meses, caiu para 6 anos e 6 meses. Mas com a pena de 2015, aumentou para 10 anos e 4 meses. Faltam 5 anos e 4 meses, mas até dezembro eu já estou na rua.

Eu estudei até a 7ª série, terminei a 8ª aqui dentro e continuo estudando; ano que vem, quando sair, já terei completado o 3º ano. Quero estudar, fazer cursos e me formar em Direito. Aqui dentro eu também trabalho. Fazia artesanato, mas parei; sou encarregada da farmácia e galeria noturna também.

Comecei muito nova no mundo da droga. Comecei com cocaína, depois foi o crack, depois a maconha. E quando eu vi já estava afundada, já estava roubando, estava destruindo lares dos outros. Comecei com a droga e a droga me levou à prisão. Quando eu saí da cadeia em 2018, no feriado, eu encontrei meu pai numa vida..., foi quando eu lutei bastante com ele para se internar.

Tenho um irmão que é recuperando aqui na APAC. Tenho duas irmãs. Uma que mora no Rio e outra que mora aqui. Elas não têm ligação nenhuma com coisa errada. Minha irmã tem 6 filhos, tem 32 anos. Toma conta de mim, do meu irmão e do meu pai. Trabalha e estuda à noite. É casada.

Fiquei 3 anos sem visita porque minha família brigou comigo, então eu não tinha visita de ninguém. Agora, de 1 ano para cá, minha família vem me acompanhando. Foi depois que eu saí no feriado e mostrei para eles que eu não queria mais a vida em que eu estava. Agora, eles me dão mais apoio.

3.5. Fátima

Tenho 33 anos. Tenho três filhos, mas um morreu; uma de 18 anos e um filho de 14. E tenho dois netos. O que me fez vir para APAC foi uma tragédia que eu cometi. Tive uma pena muito alta, de 28 anos de cadeia, já tem cinco anos que estou aqui. Foram as drogas que me trouxeram até aqui. Eu era usuária de crack. Eu fiz mal a uma pessoa, um pai de família. Eu tirei a vida desta pessoa, quem deve tirar a vida é só Deus.

O que eu tenho que falar é um pouco da minha vida. Eu sou de uma família muito pobre, que passou muita necessidade. E estando aqui, meus filhos estão sozinhos. Eu tenho uma filha de 18 anos, e meu filho mora com ela. Meu pai é separado da minha mãe. Mas tenho um padrasto. Tenho irmãos. Eles estão na mesma vida errada que eu estava.

Eles estão na vida do crime também. Dois irmãos que estão no crack. Então é uma vida de uma família muito sofrida.

Quando eu tinha oito anos sofri um abuso pelo meu padrasto, então isso tudo ficou na minha memória. E me trouxe uma revolta muito grande. Sou um pouco estourada, está ligado ao meu emocional. Uso várias medicações para o meu nervosismo.

Tomei vários tiros, tentaram me matar. Tentaram me matar três vezes. Por causa do crack. Morava debaixo da ponte. Fiquei na rua. Sempre falavam comigo: “volta para casa, isto não é vida para você”. E eu respondia: “não quero, quero ficar na rua”. Minha mãe nunca aceitou coisa errada. Eu falava: “não mãe, eu vou ficar aqui mesmo”. Minha mãe fazia comida, e muitas vezes ela me via subindo para comprar crack, me chamava para almoçar e eu dizia que não queria. Eu preferia o crack a comer a comida da minha mãe. Eu troquei um prato de comida da minha mãe por uma pedra de crack, e isto para ela foi a gota d’água. Nesse dia eu tinha usado com um homem a noite inteira, ficamos três noites. Viramos sexta, sábado e domingo; na segunda-feira, eu fiz isso com ele.

Quando eu passava perto das pessoas, elas corriam. Hoje não. Quando eu vou no médico e vejo pessoas que eu conheço, elas me abraçam, antes elas corriam de mim. Antes eu estava na vida do crack. Eu tenho vários amigos que tem comércio, eles sempre falavam comigo: larga deste crack, eu te dou um bom emprego. A faculdade que eu estou fazendo me inspirou muito, tem a remição pela leitura que a gente tem aqui dentro, isso tudo me ajuda. Antes eu não sabia nem pegar um negócio para ler. Estudei até a quinta série, parei de estudar com 13 anos. A APAC me propôs muitas coisas boas, inclusive a faculdade que eu estou fazendo hoje, de Logística.

É meu terceiro ano aqui dentro da unidade. Não tenho previsão de quando vou sair, tenho que ficar oito anos no fechado. Até 2022 tenho que concluir minha faculdade. Aí eu vou estar no semiaberto, já poderei ter saída temporária. Quando sair daqui a primeira coisa que eu quero fazer é construir minha família de novo. E depois arrumar um bom emprego com o meu estudo, com o meu esforço, e dar para os meus filhos o que não pude dar para eles quando estava na droga.

3.6. Joana

Passei muita dificuldade na minha vida, só ia para escola por causa da comida. Tudo começou quando eu tinha 7 anos e fui com uma tia ao centro da cidade, lá ela me usou para roubar. Foi minha primeira vez na Febem, fiquei lá só dois dias, consegui fugir. Quando cheguei em casa, minha mãe estava bêbada e me bateu muito, ela não gostou do meu comportamento. Desde então comecei a roubar, minha mãe não percebeu, ela nunca estava em casa.

Saí de casa junto com meu irmão quando eu tinha 10 anos; fomos para a casa de um traficante, foi quando usei crack pela primeira vez. Algum tempo depois voltei para a casa da minha mãe, ela estava casada; meu padrasto tentou me violentar, mas eu consegui perdoá-lo. Foi um tempo muito bom, reencontrei meus irmãos e fiquei um tempo sem a droga. Em pouco tempo, voltei para as drogas e comprei um revólver, para me defender, eu pensei.

Minha vida nunca foi fácil, morei na rua, onde fui violentada, apanhei e bati muito. Passei muitas vezes na Febem, por vários motivos. Quando fiz 18 anos, já fui quase que direto para a cadeia, foi minha primeira pena: furto. Entrei com 18 e saí com 22. Agora estou cumprindo minha segunda pena, assassinato.

Eu fiquei grávida três vezes. A primeira foi um parto prematuro, ela foi para o CTI e não resistiu. A segunda gravidez é a desse meu filho. Quando estava grávida pela terceira vez, me envolvi em uma briga, que nem o motivo eu sei direito, acho que foi ciúmes. Uma mulher pisou na minha barriga e o neném morreu, então eu matei a mulher. Eu nunca tive medo de ninguém, as pessoas é que tinham medo de mim. Uma vez, um homem quis matar meu irmão, não matou porque ficou sabendo que era meu irmão.

Hoje estou com 31 anos e já estou aqui há 8. Só agora, em 2019, saí pela primeira vez, vou para a casa de uma irmã. Antes de começarem minhas saídas, eu recebia visita do filho, agora nos encontramos quando saio. Não estou fazendo nada aqui dentro, fico na cela dormindo o dia todo, acho que é por causa dos remédios que estou tomando.

3.7. Maria

Tenho 33 anos, nasci em Juiz de Fora e tenho cinco filhos. Tive meu primeiro com 15 anos, uma menina que agora está com 17. Tenho um menino de 14, uma menina de 10, outra menina de 5 anos e esse aqui [neném no colo] de 3 meses. Cada um de um pai,

que só participam quando querem. Meus filhos estão com minha família, com uma irmã, que registrou a menina de 10 anos como sendo sua filha. O filho de 14 anos mora com uma prima. Minha família é presente.

Só estudei até a 6ª série e tudo começou com uso de drogas. Estou presa por furto, fui condenada a 2 anos, já estou quase saindo. Agora quero fazer tudo diferente. Quero ajuda, porque agora sei o que será se eu não aprender a me cuidar. Mas quero fazer tudo com calma, um passo de cada vez. Não quero remédio, quero conversar e quero trabalho.

Não é a primeira vez que estou presa, já passei por outros presídios, inclusive aqui, anteriormente, estava grávida da minha menina que agora tem 5 anos. Estou estudando, e por isso tenho confiança de que vou conseguir ser diferente, vou mostrar que consigo. Presto serviço comunitário na creche e na costura. Também fiz curso de pizzaiolo e tenho certificado. Quero dar o melhor para os meus filhos, com o suor do meu trabalho.

Homem é um problema, o atual é até sossegado; mesmo ele não me ajudando, eu gosto dele e vou tentar ficar com ele quando sair. Quero dar uma família ao menos para esse filho.

3.8. Marina

Tenho 22 anos e nasci em São Paulo. Tenho 6 filhos, o primeiro nasceu quando eu tinha 15 anos. Só a mais velha é uma menina que tem 7 anos, depois só meninos, de 5, 4, 3, 1 e o último [no colo] de 5 meses.

Já é a segunda vez que estou presa, a primeira por assalto, e a segunda, a atual, ainda provisória, assumi um crime cometido pelo meu marido, ele matou meu padrasto. Ele me bateu muito, fui obrigada a fugir; ele me ameaçou de morte e ainda abusou do meu filho que está com 5 anos, que não é filho dele.

Estudei até a 8ª série e agora, aqui dentro, estou estudando e trabalhando. Nunca tive relação com droga, tenho família e uma irmã que é como se fosse minha mãe e dos meus filhos. Minha mãe não conversa comigo, não me perdoa, meu pai conversa pouco, sou a única na família que já foi presa.

Já passei pelo presídio de Valadares, acho lá melhor que aqui. Aqui os “comunicados” [represálias] são mais frequentes. Vim para a unidade aos 7 meses de

gravidez e tive meu filho aqui. Quando sair, pretendo morar com minha irmã em Ipatinga e trabalhar como pizzaiolo.

Aqui as agentes xingam a gente demais, nós somos “obrigadas” a pedir tudo, para nós e para nossos filhos. Somos muito dependentes delas. Apesar da comida ser boa e de podermos fazer compras e trabalhar, acho o presídio comum melhor.

3.9. Rosalina

Tenho 35 anos e 4 filhos, estou grávida de sete meses do quinto. Os outros, um menino de 17, outro de 14, uma menina de 10 e um outro menino de 1 ano, estão com minha mãe na Espanha. Nenhum dos pais ajuda e por isso resolvi arriscar a levar drogas daqui para a Europa, precisava de dinheiro, lá também trabalho está difícil. Fui “contratada” na Espanha por traficantes equatorianos.

Na hora em que fui presa pude ligar para minha mãe, era madrugada na Espanha, choramos muito, eu e minha mãe. Foi a primeira vez que me envolvi com o crime. Aprendi a lição. Sei que errei e que tenho que “pagar” por isso. Espero cumprir minha pena na Espanha, pois o sistema prisional lá considera outras formas de pena além de prisão.

As meninas aqui são muito boas comigo, mas sinto muita falta da minha família. Recebo ajuda, inclusive financeira, do Consulado Espanhol; eles estão me ajudando a voltar para a Espanha. Mesmo já em estágio final da gravidez, espero ter meu filho lá. A única coisa que quero é voltar para minha casa e encontrar minha família.

3.10 .Julia

Tenho 36 anos, tenho 4 filhos, uma menina de 18 anos, um menino de 15, outro de 13, uma menina de 2 meses. Estudei só até a 3ª série e aqui estou trabalhando. Tenho família, meus filhos veem aqui me visitar. Meu marido também está preso, cometemos o crime juntos. Matamos a amante dele no começo do ano. Ainda sou presa provisória.

Estamos juntos há 20 anos, começamos a namorar quando éramos praticamente crianças, tínhamos 14 anos e nunca houve traição. Foi a primeira, meu marido, ele me

traíu com minha melhor amiga, que morava com a gente; para mim ela era como uma filha.

Me arrependo muito, não consegui me controlar, nossa família era tão bonita! Éramos muito unidos, sempre trabalhamos. E hoje, joguei tudo fora, minha filha mais velha está cuidando dos irmãos, meus filhos sabem de tudo o que aconteceu, e agora os problemas já começaram a aparecer. Meu menino de 15 anos se envolveu com as drogas e agora está morando com uma tia, pois não estava respeitando a irmã. E com os tios, mais velhos, mais experientes, pastores, ele está respeitando mais. Meu filho de 13 anos é especial.

Só peço a Deus que me perdoe, mas acho que o mais difícil é eu me perdoar. Não me perdo pelo sofrimento dos meus filhos. Minha filha já nasceu aqui, já está presa. Quero pagar pelo que fiz, ainda não sei como... e tentar reconstruir minha família. Aqui é tudo diferente. Dependo de tudo, minha vida nunca foi assim, tudo temos que pedir. Preferia morrer! É muito triste.

4. Um balanço

Conforme destacado, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que se caracterizaram por serem pouco dirigidas. Um roteiro, baseado na revisão da literatura e nos dados oficiais, foi previamente elaborado no sentido de orientar a entrevista. No entanto, algumas dimensões esperadas foram destacadas pelas mulheres entrevistadas, outras não.

Ao contar suas histórias, as trajetórias de vida dessas mulheres revelaram diferentes dimensões de vulnerabilidade que as marcam. Além das questões inerentes ao fato de serem mulheres, são dimensões importantes o fato de serem majoritariamente jovens, com baixo grau de escolaridade e status socioeconômico. Uma única mulher entrevistada era branca.

Outra dimensão amplamente apontada na literatura é a violência dentro da família, seja violência física ou sexual. Muitas relataram serem de famílias sem estrutura, muito sofridas, com muitas carências. Famílias com muitos membros com passagem no sistema prisional.

São mulheres que foram mães muito cedo, a maioria com muitos filhos, com diferentes parceiros. Responsáveis pela criação dos filhos, encarnam um dos mais relatados motivos, nas pesquisas, relacionados ao envolvimento criminal, a necessidade financeira, que está também relacionado à feminização da pobreza (CORTINA, 2015).

O relacionamento com homens ligados ao crime foi também por algumas relatado. A grande maioria tem suas vidas marcadas por violência e relação com o sistema de justiça criminal e prisional. Também, famílias com históricos de uso ou comércio de drogas – de diferentes formas (dependência, tráfico), o tema das drogas está presente em todos os relatos.

As duas unidades prisionais onde foram realizadas as entrevistas possuem características únicas dentro do sistema prisional. A unidade feminina comum possui poucas presas provisórias, o que faz com que a rotatividade ali seja baixa, possibilitando que as políticas de reintegração social sejam mais bem trabalhadas, sobretudo porque oferece possibilidades de trabalho e estudo interno. A unidade para gestantes, ao contrário, tem alta rotatividade; a grande maioria é presa provisória. Sua estrutura, contudo, se parece à das APACs: as celas são “abertas”, são quartos preparados para a convivência entre as mães e seus nenéns.

É preciso destacar a importância e a necessidade de **falar**, reportadas por todas elas ao longo das entrevistas. Sentem-se reconfortadas pela possibilidade de contar, dizer de si, relatar as formas de opressão que lhes foram impostas na vida extra e intramuros. Afinal, de falar sobre as dificuldades que enfrentaram por serem mulheres pobres e negras. Em suma, encarnam trajetórias de vidas de diferentes mulheres igualmente permeadas por desigualdades estruturais, privadas do acesso aos recursos sociais e aos direitos - individuais, sociais e políticos, incluindo trabalho protegido, proteção social, justiça, integridade física e existência política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. Tradução Pedro Davoglio. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

- BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 1843-1853, 2009.
- BIANCHINI, A.; BARROSO, M. G. Mulheres, tráfico de drogas e sua maior vulnerabilidade: série mulher e crime. [Internet]. 2013.
- BOCK, Gisela. História, História das Mulheres, História do Gênero. In: Penélope. *Fazer e Desfazer História*, nº 4. Ed. Dossier, 1989.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.698, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Brasília: Senado Federal.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional. *Infopen Mulheres*, 2018.
- BRASIL. Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas.
- CARVALHO, Daniela Tiffany Prado de; MAYORGA, Claudia. Contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 1, p. 99-116, 2017.
- CERNEKA, Heidi Ann. Homens Que Menstruam: Considerações Acerca do Sistema Prisional às Especificidades da Mulher. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11. p. 61-78. janeiro/junho de 2009.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). Diagnóstico da investigação de homicídios no Brasil – Relatório Nacional da Meta 2. Brasília, 2012.
- CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e Tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis setembro/dezembro 2015. P. 761-778.
- FERREIRA, Valdeci Antônio. Juntando cacos, resgatando vidas: valorização humana – base do método APAC e a viagem ao mundo interior do prisioneiro – psicologia do preso. *Gráfica O Lutador*. Belo Horizonte. 2016.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Apresentação. In: ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. Tradução Pedro Davoglio. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HOOKS, bell 1994. *Teaching to transgress: education as the practice of freedom*. 1994.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A Construção do Saber. Belo Horizonte, ED. UFMG, 1997.

LOPES, Regina Maria Fernandes; DE MELO, Daniela Canazaro; DE LIMA ARGIMON, Irani I. Mulheres encarceradas e fatores associados a drogas e crimes. Ciências & Cognição, v. 15, n. 2, 2010.

PERROT, Michele. Minha história das mulheres. Contexto; 2007.

MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia feminista: novos paradigmas. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SEJUSP-MG. Controle carcerário semanal, emitido em 19/11/2019 por Núcleo de Movimentação da Diretoria de Custódias Alternativas.

SENA, Lúcia. Gênero, criminalidade e desigualdade social no Brasil contemporâneo. In: GOMES, Sílvia; GRANJA, Rafaela (orgs). Mulheres e crime: Perspectivas sobre intervenção, violência e reclusão. Vila Nova Famalicão: Húmus, 2015.

STF – Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br>. Acesso em 05 de novembro de 2019.

VARELLA, Drauzio. Prisioneiras. 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2017.